"Vidi magnam partem mundi": obstáculos para a concepção de Lisboa como "nova Roma" nos séculos XV e XVI

"Vidi magnam partem mundi": obstacles for the conception of Lisbon as a "new Rome" in the 15th and 16th centuries

Maria Berbara[*]
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Esse artigo analisará, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, a metáfora da renovação imperial no âmbito da história portuguesa dos séculos XV e XVI. A imagem da *renovatio Romae* - utilizada em distintos momentos históricos - não parece ter encontrado uma forte reverberação em solo lusitano. O novo protagonismo do Atlântico - em detrimento do Mediterrâneo - como centro de forças econômicas, políticas e culturais no mundo moderno, de um lado, e o embate entre a autoridade dos antigos e a experiência empírica adquirida durante as navegações, de outro, podem ser compreendidos como obstáculos para o estabelecimento de uma relação de continuidade entre a ideia de Roma e a imagem que Lisboa, como *caput* da nova potência lusitana, pretendia criar para si mesma.

Palavras-chave: Renascimento português; *renovatio Romae*.

Abstract

This paper will analyze,, from an interdisciplinary perspective, the metaphor of imperial renovation in Portugal in the 15th and 16th centuries. The image of the *renovatio Romae*, which was utilized in different historical contexts, did not seem to find a strong reverberation on Lusitanian soil. The new protagonism of the Atlantic - to the detriment of the Mediterranean - as a center of economical, political and cultural strength in the modern world, on the one hand, and the clash between the authority of the ancients and the empirical experience acquired during the navigations, on the other, could be understood as obstacles for the creation of a relation of continuity between the idea of Rome and the image that Lisbon, as *caput* of the new Lusitanian power, aimed at creating for itself.

Keywords: Portuguese renaissance; *renovatio Romae*

● **Enviado em: 23/04/2015**
● **Aprovado em: 12/08/2015**

[*] Maria Berbara é mestre em História da Arte pela Universidade de Campinas (Unicamp) e doutora em História da Arte pela Universidade de Hamburgo (Alemanha). Leciona junto ao departamento de História e Teoria da Arte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É autora de diversos estudos no âmbito do Renascimento italiano e ibérico e dos intercâmbios artístico-culturais entre Itália, Península Ibérica e América Latina durante a Primeira Época Moderna.

Muito embora o litoral português seja completamente banhado pelo oceano Atlântico, mesmo na contemporaneidade, no imaginário de muitos, Portugal é um país mediterrâneo. Vários elementos de ordem geográfica e cultural contribuem para tal visão: vinhedos, oliveiras, a língua neolatina.[1]

Durante o Renascimento, porém, Portugal protagonizou o deslocamento - ou, talvez em melhores termos, redistribuição - econômico e cultural do Mediterrâneo ao Atlântico que, em grande medida, redesenha o sistema de forças e influências do hemisfério ocidental na primeira época moderna.

Na virada do século XV ao XVI, Lisboa tornou-se o ponto de confluência de rotas comerciais que uniam o Mediterrâneo e o norte da Europa (Flandres e Inglaterra), mas, também, Ásia, África e o Novo Mundo. *Pari passu*, desenvolveram-se amplas redes de conhecimentos entre essas regiões. Com a circum-navegação da África e as expedições americanas, o Atlântico deixa de ser concebido como limite físico e metafísico do mundo habitado, para tornar-se, ao contrário, uma ponte de acesso a todas as partes do globo.[2]

Recordemos, muito brevemente, alguns momentos da sequência de navegações portuguesas nos séculos XV e XVI. Em ca. 1419, navegantes portugueses desembarcaram nas ilhas da Madeira; em 1427, nos Açores, e, em 1444, em Cabo Verde. Em 1435, cruzaram o trópico de Câncer, e, em 1473, o Equador - considerados, em anteriores momentos, fronteiras intrespassáveis. Mas é em 1497-99, com a célebre expedição de Vasco da Gama, que tem início a viagem que mais fortemente alteraria a configuração de forças centradas no mundo mediterrâneo. A tomada de Constantinopla pelos otomanos em 1453, sabe-se, obstaculiza rotas comerciais que haviam ligado a Europa ao Oriente por séculos, impulsando europeus a buscar uma via extra-mediterrânea alternativa. Quando Vasco da Gama alcança a Índia através do sul da África, fornece a chave para um novo universo de caminhos entre a Europa e o oriente. Em 1500, Pedro Álvares Cabral chega ao atual Brasil, abrindo possibilidades de comércio, evangelização e colonização no ocidente. Na primeira década do século XVI, Portugal mantinha postos comerciais ativos na costa ocidental da África, no atual Brasil,

1 De acordo com o antropólogo João Leal, a imagem contemporânea do "Portugal mediterrâneo" foi construída, no século XX, pelo geógrafo Orlando Ribeiro, o etnólogo Jorge Dias e o antropólogo social José Cutileiro. Cfr. LEAL, João, "Mapping Mediterranean Portugal: Pastoral and Counter-Pastoral". Atas do congresso "Where does the Mediterranean begin? Mediterranean anthropology from local perspectives". *Narodna umjetnost: Croatian Journal of Ethnology and Folklore Research*. Zagreb, v. 36, n. 1, 1999, pp. 9-31.

2 Cfr. CATTANEO, Angelo, "Veneza, Florença e Lisboa. Rotas comerciais e redes de conhecimento, 1300-1550", in *Portugal e o mundo nos séculos XVI e XVII*, catálogo de exposição realizada no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa em 2009, p. 30.

Pérsia, Goa, Malaca, Timor. A partir dessas bases, os portugueses estabeleceram relações com mercadores chineses e japoneses e chegaram a várias outras ilhas no Pacífico sul e no Índico.

Esse febril processo exploratório coincidiu, cronologicamente, com o que se convencionou chamar "alto renascimento", isso é, o que seria o apogeu de um processo artístico-cultural essencialmente mediterrâneo caracterizado, predominantemente, pelo desejo de recuperação dos modelos retóricos e visuais da antiguidade greco-romana. No âmbito da historiografia, os processos exploratórios e expansionistas portugueses são, frequentemente, investigados no âmbito dos estudos coloniais, enquanto o renascimento é tema de pesquisa de historiadores da tradição clássica.[3] Esses dois campos de pesquisa - riquíssimos em si mesmo e possuidores de ferramentas disciplinares próprias - raramente intersectam, mas certamente poderiam beneficiar-se mutuamente a partir de uma abordagem - poder-se-ia dizer - interdisciplinar.

Nesse artigo será analisado um aspecto preciso da história da construção da imagem de Portugal durante o período manuelino e joanino, isso é, sua relação com a tradicional metáfora da *renovatio imperii*.

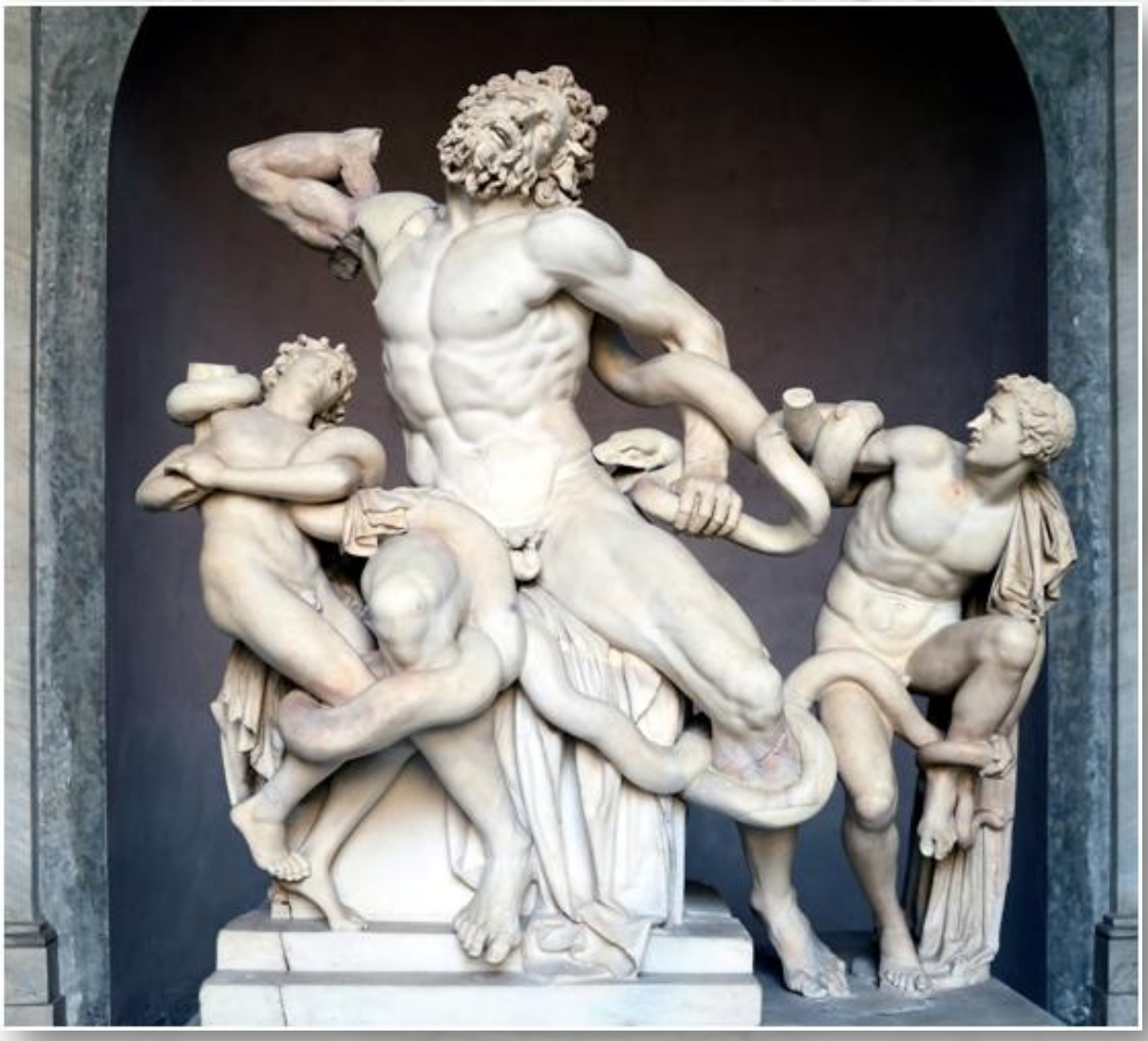
O sonho de que a grandeza de Roma poderia renascer um dia havia sido formulada, já no século XIV, por Petrarca, que, em suas cartas a Giovanni Colonna, não apenas recorda, mas também identifica os antigos monumentos romanos, lamentando sua perda mas também afirmando que, pelo conhecimento, seria possível ressuscitar a magnificência do passado clássico.[4] Para Petrarca - que nascera na Toscana, mas crescera entre Avignon e Carpentras - Roma já não simbolizava apenas um local, mas uma ideia: a da restauração da grandeza do passado imperial - em termos políticos, filosóficos, culturais e poéticos - elevado moral e espiritualmente pelo cristianismo.

Poucos anos depois da circum-navegação da África e da chegada de Cabral ao atual Brasil, Giuliano della Rovere sobe ao trono papal, assumindo, não casualmente, o nome de Júlio II (1503). Durante seu pontificado, os Estados Papais tornaram-se, uma vez mais, uma força política dominante na Europa. Complementando seus feitos políticos e militares, o papa promoveu um espetacular programa de renovação urbanística destinado a transformar Roma

[3] Embora os estudos sobre o Renascimento, de fato, tenham, ao longo dos séculos XIX e XX, se dividido em distintas vertentes – da crítica filológica de von Schlosser aos estudos iconológicos de Panofsky, por exemplo – estas raramente se ocupam da relação entre a Europa e suas colônias durante a primeira época moderna. Paralelamente, no mesmo período, surge o campo disciplinar dos estudos colonialistas e pós-colonialistas, os quais, fortemente vinculados à antropologia, filosofia e semiótica – por exemplo Edward Said, ou, no campo do renascimento, Walter Mignolo – concentram-se em questões de poder, diáspora, conquista, identidade, etc.

[4] Cfr. a tradução de uma de sua cartas a Giovanni Colonna (*Fam* VI, 2) em BERBARA, M., *Renascimento Italiano. Ensaios e Traduções*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010, pp. 92-106.

na máxima expressão do poder papal. Sua visão era a de fazer da urbe uma nova capital cujo esplendor não apenas haveria de igualar, mas mesmo superar a grandeza dos antigos; com esta finalidade, encomendou a Bramante a nova planta de São Pedro, a Michelangelo a pintura do teto da Capela Sistina, a Rafael a decoração de suas *stanze* no palácio vaticano; promoveu a renovação de diversas igrejas, como Santa Maria del Popolo; reformou muitas ruas e criou outras, como a Via Giulia e a Via della Lungara; adquiriu obras de arte antigas e modernas de extraordinário valor artístico e simbólico, entre as quais a mais célebre, talvez, seja o *Laocoonte*, exumado em um vinhedo em 1506 e prontamente adquirido pelo papa.



Legenda: **Laocoonte. Hagesadros, Polidoros, Atenodoros. Cópia de época tiberiana de original pergamenho realizado, provavelmente, no século II a. C.. Vaticano, Museus Vaticanos, Cortile Ottagono.**

Uma das mais difundidas ideias que permeavam a cultura não apenas italiana, mas europeia, das primeiras décadas do século XVI, era a da *renovatio Romae*, isso é, renovação de Roma. Não era incomum, nesse período, que indivíduos proeminentes proclamassem descender de um herói mítico ou figura histórica destacada da antiguidade romana. O mesmo era válido para cidades: durante a primeira época moderna, para ficar apenas em alguns exemplos, Toledo[5] e Fointanebleau[6] foram consideradas uma "segunda Roma" - por não falar de Constantinopla, que assim é apodada desde o fim da Antiguidade, e da Aachen de Carlos Magno.

Mas a própria Roma também constrói-se a si mesma como segunda Roma, ou Roma rediviva. Em um *carmen* de Jacopo Sadoleto (1477-1547) encomendado pelo próprio Júlio II em honra ao *Laocoonte*, por exemplo, o poeta celebra a ressurreição do grupo escultórico, o qual retorna da escuridão para contemplar, uma vez mais, as muralhas de uma Roma renascida:

> "*Ecce, alto terrae e cumulo ingentisque ruinae*
> *visceribus iterum reducem longinqua reduxit*
> *Laocoonta dies, aulis regalibus olim*
> *qui stetit, atque tuos ornabat, Tite, penates.*
> *Divinae simulacrum artis nec docta vetustas*
> *nobilius spectabat opus; nunc celsa revisit*
> *exemptum tenebris redivivae moenia Romae.*"[7]

Sadoleto segue descrevendo o movimento das três figuras e os nós das serpentes, sempre louvando a perícia dos artistas. Mais adiante, a imagem da Roma renascida e da nova luz que banha as esculturas reaparece:

---

5 A cidade de Toledo, que sedia o trono espanhol em parte do século XVI, foi assim invocada, pela primeira vez, por Tirso de Molina em *Los cigarrales de Toledo*.

6 O próprio Vasari refere-se à Fointanebleau de Francisco I como "quase uma nova Roma". Cfr. BENSOUSSAN, Nicole, *Casting a second Rome: Primaticcio's bronze copies and the Fontainebleau project*. Dissertação doutoral: Yale, 2009.

7 *Jacobi Sadoleti, cardinalis et episcopi, carpentoractensis viri disertissimi Opera quae exstant omnia*. Veronae, ex typographia Ioannis Alberti Tumermani, 1738, v.3, p.145-46. O poema é transcrito por Lessing no sexto capítulo de seu *Laocoonte*. Margarete Bieber, em *Laocoon. The Influence of the Group since its Rediscovery* (Detroit: Wayne State University Press, 1967, pp. 13-15), fornece a tradução inglesa do poema por H. S. Wilkinson (aqui somente os versos citados são transcritos):
"From heaped-up mound of earth and from the heart
Of mighty ruins, lo! long time once more
Has brouhgt Laocoon home, who stood of old
In princely palaces and graced thy halls,
Imperial Titus. Wrought by skill divine
(Even learned ancients saw no nobler work),
The statue now from darkness saved returns
To see the stronghold of Rome's second life."

"*Vos rigidum lapidem vivis animare figuris*
eximii et vivos spiranti in marmore sensus
inserere: aspicimus motumque iramque doloremque,
et paene audimus gemitus. Vos extulit olim
clara Rhodos, vestrae jacuerunt artis honores
tempore ab immenso, quos rursum in luce secunda
Roma videt celebratque frequens, operisque vetusti
gratia parta recens. -"[8]

O *Laocoonte*, símbolo por sua vez da renovação de Tróia na antiga Roma, volta a simbolizar o renascimento de Roma sob Júlio II, o papa cujo nome alude ao do grande César.[9]

Uma ideia semelhante surge no projeto iconográfico da assim chamada *stanza dell'incendio*, pintada por Rafael e seus colaboradores sob o pontificado do sucessor de Júlio II, Leão X. Em *Incêndio no Burgo*, o herói troiano Enéias - mítico fundador de Roma - aparece, com sua esposa e filho, carregando ao ombro o pai. A inserção do grupo em uma representação do incêndio que consumiu o bairro romano de Burgo em 847 alude, claramente, a uma sucessão de renovações: Tróia renova-se na Roma imperial; esta renova-se graças à intervenção milagrosa de Leão IV - que aparece ao fundo, na *loggia* da antiga São Pedro - e, finalmente, na contemporaneidade, com Leão X, que, no afresco, empresta suas feições a seu antecessor Leão IV. Estabelece-se, portanto, uma relação ao mesmo tempo de ruptura e continuidade entre a antiga e a nova Roma, segundo a qual a "cidade eterna", nascida das ruínas de Tróia, é compreendida como o epicentro de sucessivas renovações - urbanísticas, ideológicas, políticas, espirituais - causadas por um fogo que destrói, mas também gera.

8 "It is yours with living shapes to quicken stone,
to give marble feeling till it breathes.
We gaze upon the passion anger, pain,
We all but hear the groans, so great your skill,
You famous Rhodes of old extolled. Long time
The graces of your art lay low; again
Rome sees them in a new day's kindly light,
She honours them with many a looker on,
And on the ancient work new charms are shed."
(Tradução de Wilkinson; cfr. nota de rodapé anterior).

9 Para a ideia segundo a qual a morte de Laocoonte simboliza a renovação de Tróia em Roma cfr. ANDREAE, Bernard, *Laokoon und die Grünging Roms*. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern, 1988.



Legenda: **Incêndio no Burgo. Rafael e colaboradores (Giulio Romano?). Ca. 1514. Vaticano, Palácios Pontifícios, stanza dell'incendio.**

A metáfora da *renovatio Romae*, profundamente conectada à da *renovatio imperii*, torna-se, portanto, central em muitos discursos e programas iconográficos da primeira época moderna; ela carrega em si a imagem - como colocado por Anthony Pagden - do império como objeto de sucessivas renovações no tempo.[10] Essa imagem assume um valor identitário na história do imperialismo moderno. Impérios modernos - e pré-modernos -, em distintos momentos, buscam legitimidade em sua origem romana; ressuscitar Roma, encarnando-a, é a missão para a qual estão predestinados.

Já em 1494 Carlos VIII da França, por exemplo, é retratado em sua corte como *missus a Deo* após destronar Alfonso II de Nápoles; mais tarde, Carlos V, imperador do Sacro Império, seria representado na literatura como o restaurador de Astraea, a deusa da Justiça, aos seus

10 "The image of the empire as the object of successive 'renovations' over time became (...) central to the ideological forms which the later European empires were to give to their distinct projects and political identities". In PAGDEN, Anthony, *Lords of all the World*. New Haven: Yale University Press, 1995, p. 27. Ver também SCHULTZ, Kirsten, *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. Londres/Nova York: Routledge: 2001, p. 16.

domínios, os quais, graças à descoberta "providencial" do Novo Mundo, eram mais vastos do que os do antigo império romano.[11]

Durante os pontificados de Júlio II e Leão X, diversos humanistas celebraram o renascimento de uma Roma elevada ao cristianismo - pense-se, por exemplo, na *oratio* de Blosio Palladio em honra a Leão X, a qual enfatiza o tema do império cristão.[12] Nas duas embaixadas de obediência enviadas por Portugal ao papa - a de Diogo de Sousa, em 1505, e Tristão da cunha, em 1514 - são pronunciados discursos que reforçam a ideia segundo a qual, graças às conquistas de territórios e almas propiciadas pelas navegações, vivia-se uma segunda era de ouro marcada pela propagação da fé cristã em todo o globo.[13]

O mais potente e enfático discurso nesse sentido, porém, é o do humanista e prior agostiniano Egidio da Viterbo, que, em uma *oratio* proferida na basílica de São Pedro em 1507, celebra hiperbolicamente as empresas portuguesas: as façanhas dos navegantes, propiciadas pelo rei Dom Manuel, permitiram que a Igreja romana tomasse posse de regiões desconhecidas pelos antigos romanos, expandindo o "império" cristão. A fé cristã, portanto, era ainda mais poderosa do que o poder militar dos romanos. As navegações portuguesas são compreendidas por Egidio como a realização de profecias anunciadas nas escrituras, as quais anunciaram o plano divino de expandir mundialmente o império cristão. Em uma carta escrita posteriormente ao papa, o humanista afirma que Júlio César governava apenas metade do mundo; graças à descoberta e assimilação do novo mundo, porém, o papa Júlio possui um império que abraça toda a humanidade. Em solo lusitano, reverbera igualmente a ideia segundo a qual Dom Manuel - chamado "David Lusitanus" por Egidio - porta o nome predestinado do messias Emmanuel de que falava a profecia de Isaías: "Portanto o Senhor mesmo vos dará um sinal: eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, e será o seu nome Emanuel."[14] João de Barros, em seu *Panegírico da Infante D. Maria*,[15] afirma: "Parece [...] ser cumprida a profecia do Salmo que diz que os estrangeiros e Tiro e o povo dos Etíopes conheceriam a Deus. / E pode-se dizer que seu nome lhe foi posto por divino mistério [...] E o

11 Esses exemplos são dados por Charles STINGER em *The Renaissance in Rome* (Bloomington: Indiana University Press, 1998 (primeira edição: 1985)), p. 240. Carlos V é referido como o restaurador de Astraea, entre outros, por Ariosto em *Orlando Furioso*. O mito de Astraea é particularmente importante na Espanha; cfr. DE ARMAS, Frederick, *The Return of Astraea. An Astral-Imperial Myth in Calderón*. Kentucky: Kentucky University Press, 1986.

12 Cfr. Stinger, *op.cit.*, p. 245.

13 Cfr. DESWARTE, Sylvie, "Un nouvel Age d'Or. La gloire Portugais à Rome sous Jules II et Léon X." *Atas do congresso internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1993, pp. 125-152.

14 *Is* 7, 14.

15 Citado por Deswarte, *op. cit.*, p. 137.

Messias, prometido na lei, já tinha seu nome escrito nos livros de Isaías, que disse: "Manuel se chamará", que em nossa língua quer dizer: 'Deus é conosco'."

Anos antes, em 1490, Angelo Poliziano, o grande humanista florentino, escrevera a Dom João II afirmando que, graças aos seus "sublimes méritos", era possível viver então de modo mais livre do que na grande Antiguidade. O monarca, escreve Poliziano, abriu o oceano nunca antes navegado, indo além dos limites de Hércules e levando a luz a "novos países, um novo mar, novos mundos, novas estrelas".[16] A ideia segundo a qual Portugal não igualava, mas mesmo superava Roma, aparece, com muita frequência, nas próprias fontes portuguesas desde o século XV.

Diogo Gomes, em ca. 1460, escreve que, embora Ptolomeu tenha acreditado que o extremo norte e os trópicos são inabitáveis, ele pôde testemunhar o contrário, pois com seus próprios olhos viu que "a região do equador é habitada por negros em uma tal quantidade de tribos, que parece incrível... Digo isso com certeza, pois vi grande parte do mundo (*vidi magnam partem mundi*)".[17] Em 1506, similarmente, Duarte Pacheco Pereira - que se refere a Dom Manuel como "nosso César" - escreve, em seu *Esmeraldo de situ orbis*, que os portugueses descobriram que os mares sob o equador são seguros, contrariamente ao que acreditavam os antigos.[18]

A crença na superioridade da experiência, de fato, levou ao que o historiador da ciência holandês R. Hooykaas entendeu como um conflito entre a proclamação humanista da superioridade absoluta dos antigos e os resultados da navegação moderna. As viagens dos portugueses forneceram provas incontestáveis de que os antigos não eram infalíveis, e, de fato, muitos dos seus erros foram descobertos. Garcia d'Orta (1504-1570), o grande naturalista, indicou repetidamente os equívocos de Galeno e Dioscórides para concluir que "se sabe mais em um dia agora pelos portugueses do que se sabia em cem anos pelos romanos."[19] João de Barros, similarmente, escreve, em 1531, que se Ptolomeu, Estrabão, Plínio ou Solinus retornassem, sentir-se-iam envergonhados de seus erros.[20]

---

16 "Etenim quid tu aliud, rex nobis quam alias terras, mare aliud, alios mundos, aliaque postremo sydera non magis invenisti, quam ab aeternis tenebris, et a veterim dixerim chao, rursus in hanc publicam lucem protulisti?" Em *Epistolarum libri XII, ac Miscellaneorum Centuria*. Lugduni (Lyon): Sebastian Gryphius, 1539, p. 304.

17 Diogo Gomes, *De prima inventione Guineae*. fol. 273 vs; in BENSAUDE, Joaquim, *O Manuscrito "Valentim Fernandes"*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940, p. 191.

18 *Esmeraldo de situ orbis*, 1. II, cap. 11; cfr também livro I, cap. 26, e livro IV, cap. 1.

19 *Colóquios*, p. 227; citado por HOOYKAAS, Reijer, "Humanism and the Voyages of Discovery in 16th Century Portuguese Science and Letters", in *Mededelingen der Koninklijke Nederlandse Akademie van Wettenschappen*, v. 42, n. 4, 1979, p. 103.

20 *Ropica Pnefma*, ed. Azevedo (Porto, 1869), pp. 79-80. Hooykaas, *op. cit.*, oferece muitos outros exemplos.

A redistribuição de forças mencionada ao início desse texto - do Mediterrâneo ao Atlântico - fez com que, ao menos para parte dos europeus, a capital do novo império cristão não fosse mais Roma, e sim a Península Ibérica. Em Portugal, monarcas e humanistas parecem ter insistido em uma genealogia messiânica de raiz mais hebraica do que latina: Dom Manuel, mais do que o novo César, é o novo David, o novo Emmanuel. Em um dos maiores projetos arquitetônicos de época manuelina, o mosteiro dos Jerônimos, não se encontra referências ao passado clássico - excetuando, talvez, os bustos dos assim chamados "quatro navegantes", na parede sul do claustro. Mais do que uma Roma renovada, o complexo - situado diante da praia e porto de onde partiam as caravelas portuguesas - pretende constituir-se como uma nova Belém. O mosteiro foi fundado no dia dos reis magos; colocou-se a primeira pedra em 6 de janeiro de 1501 ou 1502. Os reis magos, naturalmente, aludem à união de todos os povos do mundo graças ao nascimento de Cristo. A Virgem dos Reis, esculpida no portal sul do mosteiro, centraliza, como demonstrou Paulo Pereira, o sentido providencial e messiânico de todo o programa.[21]

[21] Para uma análise detalhada da iconografia do mosteiro cfr. PEREIRA, Paulo, *Mosteiro dos Jerónimos*. Lisboa: Publicações Scala, 2002.



Legenda: **Portal sul do Mosteiro dos Jerônimos, tendo a Virgem dos Reis ao centro. Desenho final de João de Castilho segundo o projeto original de Diogo de Boitaca. 1516-1517. Belém, Lisboa.**

Contrariamente a outros impérios - e mesmo outras entidades políticas que, sem jamais vir a sê-lo, nutriam ambições imperiais - Portugal não buscou construir uma imagem de si mesmo enquanto "segunda Roma", ou "Roma renovada". Apesar de um Francisco de Holanda, por exemplo, que pregava o "modo de Itália" como o novo paradigma das artes lusitanas, ou um António Ferreira, que, embora mais moderado que Holanda, manifestava seu apreço pelo "claro lume da Toscana", foi preciso esperar até os anos 1560, ao menos, para que uma orientação mais decididamente italianizante fosse perceptível nas artes. Em conexão com

o enaltecimento das próprias raízes lusitanas, discursos humanistas portugueses do século XVI não raro exprimiam o que Reijer Hooykaas definiu como um conflito de lealdades entre a reverência pelo passado romano e o orgulho pelas navegações portuguesas, as quais puderam demonstrar que os antigos, muitas vezes, se equivocaram. Nesse sentido, cabe indicar brevemente a existência de uma recente corrente da historiografia da ciência que ressalta as descobertas atlânticas como o elemento desencadeador da moderna prática epistemológica da observação empírica.[22] A ênfase na experiência recorre nos escritos de humanistas como João de Castro, Pedro Nunes e Garcia d'Orta - entre outros. Nesses escritos, a ideia de experiência substitui a autoridade dos clássicos enquanto critério de verdade; a fonte principal de conhecimento, para esses pensadores, é, acima de tudo, a experiência empírica. A partir da segunda metade do Quinhentos e, sobretudo, no Seiscentos, como nota Anthony Grafton, "O que tradicionalmente se reverenciava como Antiguidade, a era do perfeito conhecimento no princípio de uma história de degeneração, era, na verdade, a infância da humanidade, quando os grandes filósofos sabiam muito menos do que homens e mulheres comuns (...) A idade de um sistema de pensamento tornou-se um sinal não de autoridade, mas de obsolescência (...)."[23]

Essa transformação mental, sem dúvida, contribuiu para o desapego da ideia de Roma como um renovável *umbilicus mundi*; o centro de forças do mundo, para muitos portugueses que viveram durante o século XVI - assim como, certamente, para europeus de outras regiões - não estava mais no Mediterrâneo, mas sim no Atlântico, cujo principal porto de partida Dom Manuel esperava transformar não em uma nova Roma, mas uma nova Belém.

22 A esse respeito cfr. ALMEIDA, Onésimo, "Experiência a madre das cousas - experience, the mother of things - on the 'revolution of experience' in 16th century Portuguese maritime discoveries and its foundational role in the emergence of the scientific worldview", in Maria Berbara and Karl Enenkel (orgs.), *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*. Leiden: Brill, 2011, pp. 381-400. Almeida cita, entre outros, os livros de Antonio Barrera-Osorio e Jorge Cañizares-Esguerra (respectivamente *Experiencing Nature. The Spanish American Empire and the Early Scientific Revolution, Nature, Empire, and Nation. Explorations of the History of Science in the Iberian World*, ambos de 2006) além do próprio Hooykaas. Para o mesmo embate entre conhecimento antigo e autoridade dos antigos na segunda metade do século XVI e XVII, cfr. GRAFTON, Anthony, *New Worlds, Ancient Texts. The Power of Tradition and the Shock of Discovery*. Cambridge/Massachusetts/Londres: Harvard University Press, 1992.

23 Grafton, *op. cit.*, pp. 4-5.